

Batalha de Papel: a Transposição do São Francisco nas páginas do Jornal/Revista Manuelzão¹

Marco Antônio Pessoa Veloso de Almeida²

Resumo: Este trabalho apresenta como uma instituição envolvida em uma luta social pode apropriar-se da linguagem jornalística para levar argumentos para esfera pública. Para tal, é estudado o jornal e a revista do Projeto Manuelzão, entidade que nasceu como uma atividade de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tornou-se uma das mais importantes instituições que milita na área ambiental no estado. Tratamos, especificamente, do debate a respeito da Transposição do Rio São Francisco. Nele, o Projeto Manuelzão posicionou-se contrariamente e utilizou o seu jornal/revista para endereçar mensagens na esfera pública. Mostramos alguns aspectos da “tradução” para a linguagem jornalística dos argumentos do Projeto contrários à Transposição. Através da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística percebemos que a luta contra a Transposição transformou-se, nas páginas do veículo, em uma história, com personagens, capítulos, conflitos e mais uma série de outros recursos narrativos.

Palavras-Chave: Jornalismo, Esfera Pública, Lutas Sociais

1. Introdução

Jornalismo e esfera pública. Estes são dois temas que, desde os primórdios, andaram lado a lado, em algumas interpretações, de maneira harmônica, em outras, em estado de conflito³. Márcia Machado e Fabiane Moreira (2005) apontam que “a relação entre

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Sociedade civil, mídia e debate público do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC – PPHPBC. Email: marcoantoniopessoa@yahoo.com.br

³ A trajetória do pensamento de Jünger Habermas é um bom exemplo desta história de rompimento e conciliação entre jornalismo e esfera pública. Segundo ele, no surgimento da esfera pública burguesa, no século XVIII, a imprensa era um elemento primordial para defesa pública de ideias. Porém, o autor considera que a esfera

democracia e jornalismo se estreita quando lembramos que sociedade democrática é formada por cidadãos, e não súditos, e que o direito à informação é inerente à cidadania” (MACHADO E MOREIRA, 2005: 118). Para Alzira Abreu (2003), a democracia brasileira tem íntimas relações com a mídia. Segundo a autora, umas das peculiaridades da democratização no Brasil, após a ditadura militar, “foi a ampliação do papel da mídia, que se tornou uma das mais importantes instituições coparticipantes na construção da nossa cidadania” (ABREU, 2003: 25).

Neste trabalho, pretendemos contribuir com a discussão sobre jornalismo e debate público. Porém, não vamos falar do jornalismo comercial. Tratamos do jornalismo produzido por organizações que não buscam vender informação, e sim influenciar a opinião pública. Organizações que estão inseridas dentro do contexto das várias lutas sociais atuais, tais como ONGs, movimentos sociais, associações, entre outras. Trataremos de um jornalismo assumidamente partidário, que é feito para ser uma ferramenta das organizações que o produzem para a atuação na esfera pública⁴, o que se tornou hoje uma das principais armas de ação desses atores. Colocar as ideias em público e convidar a sociedade ao debate, nos mais variados espaços, tornou-se o eixo da atuação de muitos movimentos. Com a consolidação dos regimes e instituições democráticas em vários dos países na atualidade, inclusive o Brasil, e a institucionalização das relações entre sociedade e Estado, a esfera pública se tornou a arena de atuação dos movimentos, que procuraram pautar as discussões políticas e influenciar a tomada de decisão no que se refere à formulação de leis e políticas públicas.

Diante da importância que a atuação na esfera pública ganhou para os movimentos sociais e organizações civis, os trabalhos de comunicação surgiram como uma necessidade. Tornar os seus argumentos públicos, convocar outros atores ao debate ou buscar mais simpatizantes para sua causa fez com que os movimentos e organizações investissem

pública passou por um processo de decadência e coloca a imprensa comercial moderna como uma das que colaboram para isso, uma vez que, sob discurso da imparcialidade, esconde seus interesses e se furta a apresentar argumentos publicamente para o debate. Mas, o próprio Habermas revê seus pensamentos algumas décadas a frente, incorpora a noção de agir comunicativo e relativiza o tom crítico com que se referia à imprensa.

⁴ Nos referimos à esfera pública sob a interpretação habermasiana do termo, ou seja, como espaço livre de debate, troca de idéias e busca de convencimento através de argumentos racionais, que é atravessado por fluxos comunicativos que podem ser adensados por meio da discussão pública e chegar às esferas formais de decisão política.

esforços e recursos em veículos de comunicação, ações promocionais, grandes eventos e manifestações na praça pública ou trabalhos de relacionamento com a imprensa a fim de pautá-la e dar mais visibilidade às ações e argumentos. São diversas as investidas dos movimentos na busca de tematizar a esfera pública tentando alcançar as esferas institucionalizadas de tomada de decisão.

Elton Antunes, Ana Carolina Fonseca e Rennam Mafra (LISBOA et al, 2008) atestam que as organizações sociais transformam as lutas políticas em lutas por visibilidade, e recorrem aos instrumentos midiáticos como ferramentas fundamentais. “Por meio da mídia, projetos de mobilização podem não só ganhar visibilidade pública, como, também, expandir a constituição de um novo público em formação” (LISBOA et al, 2008: 190). Mas os autores ressaltam que o sistema midiático de massa não permite uma competição justa entre os atores no que diz respeito ao acesso à cena pública para se fazer representar. A mídia não proporciona espaços iguais para que os movimentos possam divulgar suas causas. “Nesse sentido, por suas limitações e contradições [da mídia], projetos de mobilização e movimentos sociais, em geral, recorrem a outras possibilidades de gerar visibilidade para suas causas e construir processos comunicativos com sujeitos” (LISBOA et al, 2008: 191).

Discutindo o tema, Francisco Sant’ana (2006) destaca que corporações, ONGs, movimentos sociais e outras organizações civis ofertam à sociedade produtos de comunicação no intuito de influenciar o conteúdo da agenda apresentada à opinião pública. Essas organizações buscam produzir a sua própria comunicação a fim de falar com a opinião pública sem o intermédio dos veículos de comunicação tradicionais, como os jornais e emissoras de rádio e TV comerciais. Sant’ana (2006) afirma que esse fenômeno fez surgir um novo modelo de jornalismo chamado por ele de “jornalismo de influência”, marcado pela batalha por um espaço na esfera pública. Batalha esta que comporá uma característica ideológica e cujos objetos de disputa são os conteúdos das mensagens divulgadas. Para Sant’ana (2006):

Se no idioma habitual todas as palavras já são consideradas instrumentos de combate (...), os meios de difusão massiva de informação terão, portanto, um aspecto muito mais importante e estratégico. Beneficia-se do poder simbólico, que detém a força legitimadora, aquele que tem acesso aos recursos que criam e

garantem esse poder simbólico, que são os meios de comunicação. (SANT'ANA, 2006: 9).

Estudamos o informativo de uma dessas organizações que milita em uma causa social e procuramos identificar como ela pode fornecer argumentos para a esfera pública sobre um determinado tema através de um produto jornalístico. A organização que escolhemos para nosso estudo foi o Projeto Manuelzão, atualmente uma das principais instituições a militar na área de meio ambiente no estado de Minas Gerais, com o lema “Saúde, Meio Ambiente e Cidadania”. O Projeto Manuelzão atua na região da bacia do Rio das Velhas, que nasce em Ouro Preto (MG) e deságua no rio São Francisco em Várzea da Palma (MG), percorrendo 51 municípios. Criado em 1997 na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sua atuação está fundamentada no princípio de que, para promover a qualidade de vida da população, é necessária a melhoria das condições ambientais da região onde vivem; e de que a qualidade das águas dos rios do local é o principal indicador de qualidade de vida. Atualmente, apesar de ainda intimamente ligado à UFMG, o Manuelzão não está mais restrito à universidade e tem representantes espalhados por toda bacia através de núcleos comunitários, ocupa lugares em órgão deliberativos oficiais, além de já ter firmado parcerias com diversas instituições públicas e privadas.

Desde o início, o Projeto Manuelzão dedica-se a atividades de comunicação social. Já em 1997, o Manuelzão publicou a primeira edição do seu informativo periódico, o Jornal Manuelzão, feito pelos próprios professores integrantes. Hoje, possui uma equipe própria de Comunicação, responsável pelo veículo de comunicação que, em 2007, transformou-se em Revista Manuelzão e já ultrapassa a casa das 60 edições. Assim, fomos ao Projeto Manuelzão na tentativa de fazer alguns apontamentos sobre o processo de apropriação e utilização da linguagem jornalística dentro da luta pelo meio ambiente na esfera pública.

Em nosso estudo, buscamos identificar como o jornal/revista descreve os argumentos do Projeto para, com isso, tentar alimentar os debates na esfera pública, bem como influenciar o julgamento das pessoas acerca de um tema que marcou a trajetória da instituição: a Transposição das águas do Rio São Francisco. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal nomeada por ele de “Projeto de Integração do Rio São Francisco com

Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI), o projeto propõe a construção de dois canais, que juntos totalizam 700 km, e mais uma série de estruturas auxiliares para retirar parte da água do Rio São Francisco, levando-a para bacias de rios temporários localizadas na região do semiárido nordestino. O projeto ganhou visibilidade a partir a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando o licenciamento ambiental foi iniciado e logo depois interrompido devido a contestações. Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o projeto da Transposição foi retomado, o licenciamento concluído e, em julho de 2007, o Exército Brasileiro deu início às obras⁵.

Diversas entidades se posicionaram publicamente contra a Transposição, e uma delas foi o Projeto Manuelzão – que já havia se manifestado contrário em editorial do Jornal Manuelzão datado de julho do ano 2000. Podemos afirmar que o Manuelzão travou uma verdadeira batalha contra a Transposição. Ele promoveu eventos, produziu materiais de comunicação, participou de protestos e várias outras iniciativas para manifestar o seu posicionamento e exibir os argumentos. E, como era de se esperar, o Projeto também utilizou o seu jornal/revista para comunicar-se.

2. A narrativa jornalística

Olhamos os materiais sobre a Transposição no Jornal/Revista Manuelzão com base na metodologia chamada por Luiz Gonzaga Motta (2007) de Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. Motta (2007) destaca que a narrativa transforma o conhecimento em relatos. Segundo ele, “a partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras e em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo” (MOTTA, 2007: 143). Segundo o autor, a narrativa estabelece continuidades ou discontinuidades que sequenciam e integram o passado, presente e futuro. Também destaca que a expressão na forma de narrativas é uma tendência cultural do ser humano, anterior até mesmo à própria

⁵ Posteriormente foram contratadas empreiteiras para dar continuidade à construção.

linguagem. Como não poderia deixar de ser, o jornalismo, e o sistema midiático como um todo, estrutura a sua forma de falar por meio de expressões narrativas que, por sua vez, são capazes de revelar aspectos das relações humanas.

Sendo assim, Motta (2007) propõe que, para se proceder a análise da narrativa jornalística, não se deve olhar os textos isoladamente, mas integrá-los em uma história maior. Para ele, é necessário reunir todos os textos sobre um mesmo tema e, a partir deles, construir um único grande acontecimento, pois é assim que se move a mente do leitor. Para montar essa história, é preciso primeiro fazer o que ele chamou de “recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico”. É preciso conectar os textos, colocando-os em uma série (que não necessariamente tem a mesma ordem cronológica em que foram publicados os textos), para reconstruir a narrativa, observando as continuidades e justaposições. A justaposição desses materiais constrói uma nova síntese, diferente das notícias isoladas e que constitui uma intriga complexa⁶.

Como lembra o autor, os conflitos são os elementos estruturadores da narrativa, portanto, a análise da narrativa jornalística deve também buscar identificá-los, tanto os principais quanto os secundários, dentro daquela história maior recomposta. Além de identificar o conflito, o pesquisador deve também buscar os seus episódios (que também podem não estar na mesma ordem em que foram publicados) e funções dentro do enredo. Motta (2007) diz que a construção desta grande história também passa pela identificação dos personagens jornalísticos⁷ da grande intriga que, de acordo com sua função na história, podem ser heróis, anti-heróis, protagonistas, antagonistas, ajudantes, etc.

Para Motta (2007) devem-se buscar também as estratégias comunicativas⁸, identificando os dispositivos retóricos e recursos linguísticos intencionais da comunicação

⁶ Para Motta (2007), essa remontagem em um enredo coerente permite observar conexões e associações que o objeto sugere e possibilita “a observação de um fundo de significações parciais da narrativa que modificam o objeto observado. À medida que se remonta a intriga reconstrói-se o objeto observado” (MOTTA, 2007: 149).

⁷ Devemos destacar que, mesmo fazendo referência a pessoas reais, os personagens jornalísticos não deixam de ser construções narrativas, figuras de papel. A análise da narrativa jornalística não se trata da investigação da realidade história em si, mas de um relato. Segundo Motta (2007), nesse caso, o “objeto é a versão, não a história” (MOTTA, 2007: 152). Como lembra o autor, da mesma maneira que uma pessoa ordena os seus dados no currículo de acordo com seus objetivos, o jornalista também o faz com as pessoas sobre as quais escreve.

⁸ Segundo o autor, essas estratégias podem ser de objetivação ou subjetivação. As estratégias de objetivações são aquelas que buscam construir o efeito de real, fazer com que o receptor interprete o fato narrado como verdade. São as estratégias para tentar apagar a mediação e construir objetividade, legitimando o narrador. As estratégias

jornalística para produzir os efeitos desejados. Segundo o autor, também é necessário buscar a relação comunicativa, ou seja, as marcas da relação narrador-receptor, tendo como pano de fundo a teoria da recepção para buscar os nexos entre os interlocutores no ato comunicativo⁹. Por fim, Motta (2007) diz que devemos buscar as metanarrativas, ou significados de fundo moral. Ele lembra que a narrativa jornalística é também permeada de valores éticos ou morais que são como panos de fundos das notícias, o que pode até mesmo ser algo inconsciente para o jornalista que escreve ou o receptor que lê.

3. A guerra contra a Transposição

Feita a leitura e análise, buscando identificar a narrativa que o Jornal/Revista *Manuelzão* construiu para contar a história da Transposição, saltou aos olhos a estratégia narrativa da guerra. Percebemos que, nas páginas do jornal/revista, o Projeto *Manuelzão* deu vida a uma batalha do “bem contra o mal”, com vítimas, aliados, inimigos, capítulos e batalhas.

a) Capítulos

Essa guerra teve seis capítulos. O primeiro denominamos de “Prólogo”, um curto momento do conflito composto por um único artigo, publicado na edição nº 4 do jornal, de agosto de 1998. Interessante notar que esse primeiro aparecimento da Transposição na história do jornal/revista se deu com um artigo assinado pelo professor da UFMG Rogério Parentoni Martins. Mais sugestivo ainda é observar que tema central do artigo não é a Transposição, mas o conceito de interdisciplinaridade. Dessa forma, a obra do governo é apenas um exemplo de projeto que deve ser discutido por várias disciplinas, como podemos ver no trecho do artigo abaixo:

de subjetivação são as que constroem efeitos poéticos, uma vez que o jornalismo relata tragédias e epopeias modernas, com heróis, vilões, batalhas, vitórias e derrotas. O pesquisador deve buscar as estratégias que dão esse efeito poético, os recursos dramáticos que remetem a efeitos emocionais que contribuem para identificar o leitor com o narrado. Esses recursos aparecem, por exemplo, em verbos, adjetivos, designações, exclamações, interrogações, ênfase, repetições, comparações, ironias e advérbios.

⁹ Para isso, a análise deve centrar-se no entorno espaço-temporal da relação comunicativa para buscar os elementos do contexto que “condicionam a intenção comunicativa do emissor e sua realização no receptor” (MOTTA, 2007: 163). Essa análise deve sempre observar o chamado “contrato cognitivo” entre jornalista e audiência, baseado sempre em ideais de objetividade e veracidade.

Os problemas ambientais são, em geral, complexos. Por isso, sua solução depende de uma abordagem interdisciplinar. Por exemplo, o desvio de um curso de um rio para disponibilizar para regiões secas, como foi proposto para o Rio São Francisco, depende de soluções de engenharia para sua concretização. Entretanto, os estudos ecológicos e socio-econômicos (SIC) integrados, necessários para prever e avaliar corretamente as conseqüências dessa mudança, são claramente de natureza interdisciplinar.¹⁰

Esse trecho nos é importante porque indica um aspecto que vai marcar os posicionamentos futuros defendidos pelo jornal/revista, que é a complexidade do empreendimento e a necessidade de um debate amplo e de natureza interdisciplinar. Chamamos este momento de prólogo da guerra porque, embora o conflito propriamente dito não tenha começado e o Projeto Manuelzão ainda não tenha se posicionado, é aqui que se fundamenta esse argumento da interdisciplinariedade - presente durante todo conflito. Mesmo sem aprofundar-se no tema, o jornal já dá o tom que vai marcar o discurso contra a Transposição ao reafirmar que o projeto do governo é complexo e necessita de um amplo debate antes de ser concretizado.

O segundo capítulo foi chamado de “a declaração de guerra e primeiras batalhas”. No segundo governo Fernando Henrique (1999-2003), com a decisão de se levar adiante o projeto da Transposição, o jornal manifestou de maneira inequívoca a oposição do Projeto em sua 12ª edição. Foi nesse momento que o Projeto Manuelzão, através do seu jornal, declarou guerra ao projeto da Transposição do São Francisco por meio de um editorial publicado em julho de 2000. A Transposição é o tema principal do texto que, por sua vez, trata-se de um grande compilado de argumentos contrários à realização das obras, como podemos ver no seguinte trecho:

O Projeto Manuelzão foi ouvido na comissão da Câmara Federal que avalia a transposição do Rio São Francisco em sessão realizada na Assembléia (SIC) Legislativa dia 15/06/2000 (SIC). Nosso posicionamento alcançou grande repercussão ao questionar a lógica do relatório da comissão de deputados. Vamos aqui enumerar algumas informações e problemas envolvidos.

A transposição iria beneficiar os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com 70% (SIC) metros cúbicos de água por segundo, segundo eles, só nas secas!, enviados através de 2000 Km de canais. Não há nenhuma garantia de que esta grande obra de engenharia trará benefícios sociais à população nordestina, vítima da

¹⁰ Edição 4 do Jornal Manuelzão, de agosto, de 1998.

concentração de renda e da exploração. Minas Gerais produz 75% das águas do São Francisco, que, sendo rio federal, acarretará perda de soberania do estado quando à outorga do direito de uso da água aqui produzida, e o produto de seus esforços de revitalização das sub-bacias, sem nenhuma previsão de compensações. A relação custo-benefício é um complicador, pelo alto consumo de energia elétrica da transposição, o preço das obras e da manutenção do sistema, além dos impactos geológicos e biológicos. Deveria se cuidar primeiro da revitalização da bacia aumentando a quantidade de água, sobretudo pela extensão da cobertura vegetal atual, e melhorando sua qualidade, através da despoluição. O aqodamento em aprovar a transposição sem estudos confiáveis geológico e biológicos, financeiros e sociais, obedece a razões eleitorais do nordeste setentrional, interesses de empreiteiras e da especulação, podendo reeditar os fracassos das grandes obras do delírio como Ferrovia do Aço, Transamazônica e Programa Nuclear. Há estudos nos EUA sobre os grandes prejuízos ambientais e financeiros causados por transposições e barragens.¹¹

Percebemos que esse momento marca, no jornal, o início efetivo da guerra do Projeto Manuelzão contra o projeto da Transposição. Constata-se que o jornal passou a referir-se ao projeto sempre de forma questionadora, duvidando de sua real eficácia em trazer benefícios à população do nordeste e acusando seus defensores de serem movidos por interesses obscuros (eleitorais, de empreiteiras e da especulação).

Após essa declaração de guerra, o jornal desenha uma série de conflitos menores dentro da história. Tais conflitos podem aparecer na forma de notícias sobre atos e protestos públicos contrários à Transposição, mostrando dessa forma que a oposição à obra era relevante. A estratégia usada pelo informativo consistiu em dar visibilidade e voz para movimentos contrários à Transposição e abrir espaço em suas páginas para mostrar os indivíduos e instituições dispostos a lutar contra a Transposição.

Outra batalha à qual o jornal/revista engajou-se em divulgar foi a disputa judicial em torno de aspectos legais do projeto de transposição. Em diversos momentos, o jornal dedicou-se a cobrir as disputas travadas nos tribunais. Houve um acompanhamento sistemático das liminares e decisões judiciais que ora fizeram parar a execução do projeto da Transposição, ora fizeram-no avançar. Trazendo para primeiro plano a batalha judicial, busca alertar o leitor de que as consequências da Transposição vão além dos impactos ambientais. O jornal/revista assinala que existe um conjunto de inconsistências jurídicas que tornam o projeto ainda mais questionável.

¹¹ Edição 12 do Jornal Manuelzão, de julho de 2000.

A narrativa do jornal/revista também criou um conflito que colocou em lados opostos dois projetos para o rio São Francisco: a Transposição e a Revitalização. Criou-se assim um conflito, caracterizado de maneira antagônica e inconciliável, entre Transposição e Revitalização, que duelam de forma que não há brechas possíveis para um meio termo ou uma trégua. O argumento do jornal é que, a partir do momento que se instaurasse a Transposição, acabariam as chances de revitalizar o São Francisco. Esse conflito de projetos criado pelo jornal/revista funcionou também como uma forma de questionar as prioridades do governo federal, que se empenharia mais em realizar as obras da Transposição do que em recuperar as boas condições ambientais do rio São Francisco.

Após essa série de batalhas, temos o terceiro capítulo da guerra, que denominamos de “o recuo estratégico”. Nele, aqueles que estão empenhados no combate ao empreendimento flexibilizam um pouco suas posições e fazem um esforço para mostrar que estão abertos ao diálogo. Isso pode ser visto em um pequeno trecho de um editorial:

Como não estamos organizados em partidos de oposição ou de apoio sistemático, buscamos canais de negociação com base na decisão do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBH-SF), que admite a tomada de água no Eixo Leste, para abastecimento humano e dessedentação animal, na Paraíba e em Pernambuco, desde que a sua necessidade seja comprovada. Ao lado desta medida, poder-se-ia trabalhar conjuntamente para produzir um programa integrado de gestão do semi-árido (SIC) brasileiro, em toda a área do chamado Polígono da Seca, que venha beneficiar os sertanejos, como deseja o Presidente. Encerraríamos, assim, este processo de discórdia e o Brasil evitaria uma loucura.¹²

Fica claro que o jornal/revista busca mostrar que o Projeto Manuelzão e seus aliados não estão completamente fechados à Transposição, desde que esta seja para a sobrevivência humana. O jornal ainda destaca que, apesar de combaterem a obra, aqueles que estão envolvidos no conflito são sensíveis aos problemas do Nordeste, por isso podem até aprovar parte do empreendimento do governo. Porém, mais importante que aceitar a parte da Transposição referente ao Eixo Leste da obra em sua argumentação, o jornal/revista mostra que o Projeto Manuelzão e os outros atores da luta propõem uma solução mais efetiva, que seria a elaboração de um “programa integrado de gestão do semiárido brasileiro”. Portanto, não se trataria de uma luta egoísta que ignoraria as dificuldades vividas pelos habitantes da

¹² Edição 30 do Jornal Manuelzão, de março de 2005.

região mais seca do Nordeste, tanto que, em certos momentos, o jornal/revista apresenta propostas cujo objetivo é solucionar os problemas da seca na região. Tais propostas são apresentadas pelo informativo como soluções verdadeiras para a seca, contrapostas à Transposição.

Após esse recuo, temos o quarto capítulo, denominado do “clímax” da guerra. Diante do anúncio pelo governo do início das obras, o embate ganhou outra proporção e a cobertura do jornal/revista acompanhou essa mudança. A revista foca suas atenções na maior investida do Projeto, juntamente com outras entidades: a Caravana em Defesa do São Francisco e do Semiárido Contra a Transposição.

A Caravana foi uma iniciativa do Projeto Manuelzão e outras instituições contrárias à Transposição que aconteceu entre os meses de agosto e setembro de 2007. Ela reuniu um grupo de estudiosos e representantes de organizações sociais – entre eles o coordenador geral do Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa – e percorreu as cidades de: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Maceió, Brasília, Natal, Mossoró, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Salvador e Aracaju, além de algumas localidades no interior de alguns dos estados visitados. Durante a jornada foram realizados palestras e debates, protestos e manifestações públicas, audiências com políticos, além de visitas aos locais onde foi projetada a passagem dos canais da Transposição.

No informativo do Projeto Manuelzão, a Caravana foi o momento alto do conflito contra a Transposição. A iniciativa é retratada como se fosse a última, e a maior, tentativa de impedir a realização das obras. A revista mostra que o Projeto, e seus aliados, vão a campo conhecer melhor a realidade e tentar conquistar outros apoiadores. A batalha que antes parecia estar restrita a alguns pontos específicos, espalha-se, inclusive alcançando adeptos em alguns lugares que supostamente seriam beneficiados pela Transposição.

Ao descrever os acontecimentos da Caravana, o veículo dá forma aos argumentos contrários à Transposição. O grupo visitou alguns açudes localizados no interior do nordeste, e a descrição de tais fatos desenha o argumento de que já existe água suficiente na região, não sendo necessária, portanto, a Transposição. Em outro momento, a Caravana passou pela foz do São Francisco, e o relato do fato enfoca basicamente as más condições do rio, como em um esforço em dizer que ele não tem condições de ceder suas águas. Quando o informativo

relata os eventos públicos, como protestos e palestras, destaca a participação popular para mostrar que a luta tem aliados até no Nordeste.

Passado o “clímax”, o próximo capítulo foi chamado da “aproximação do inimigo”. A Transposição, que, aparentemente, só iria afetar o rio São Francisco, começa a causar efeitos diretos no Rio das Velhas. Essa aproximação se dá na forma da construção de barragens no Velhas, que acarretariam a inundação de áreas da bacia. E é em clima de suspense que a revista anuncia a vinda do inimigo:

Sexta-feira, 26 de janeiro 2007. Técnicos procuraram a prefeitura de Presidente Juscelino, a 205 quilômetros de Belo Horizonte, no médio Velhas, para buscar informações sobre o patrimônio histórico do município. O prefeito os pergunta sobre o objetivo do levantamento. A resposta: uma barragem que pode inundar parte do local. “Eles me mostraram as plantas, acredito que só a parte alta da cidade não será inundada”, relato o prefeito Ricardo Machado. “O município está em pânico”, acrescenta o secretário de obras, Antônio Mário.

Esse empreendimento é parte do projeto de transposição do Velho Chico. Represar o Velhas, o Urucuia e o Paracatu pode dar o impulso necessário para essa obra, já que as bacias desses três afluentes são grandes responsáveis pela contribuição de Minas às águas do São Francisco, estimada em 75% do volume total. Os estudos no Velhas já tiveram início, mas até agora, população, órgãos ambientais e mesmo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, que precisa aprovar a obra, não têm informações oficiais.¹³

Na reportagem acima, que narra a ameaça ao rio das Velhas, a revista recorre a um enredo similar ao de uma história de suspense. Dá-nos detalhes, traz falas das autoridades locais e reforça o “pânico” causado pela obra, para logo depois já nos aponta o responsável: a Transposição. Foi trazendo o inimigo para perto que o periódico buscou sensibilizar mais uma vez o seu público. Podemos ver que o veículo procura reforçar a postura pouco transparente do Governo Federal, implantando um projeto sem dar os devidos esclarecimentos à população. Em outros textos, o jornal/revista também relata os prédios históricos que serão inundadas e ainda fala sobre a desestruturação de comunidades tradicionais quando retiradas de seus locais de origem. Ou seja, o informativo quer dizer que os prejuízos da Transposição vão além dos ecológicos e estão muito mais pertos do que aparentava.

¹³ Edição 38 da Revista Manuelzão, de fevereiro de 2007.

O último capítulo da guerra foi a “derrota”, que diz respeito ao início das obras. O tema não ganhou muito espaço, porém desempenhou um papel importante na história, uma vez que serviu para atualizar o conflito. O veículo do *Manuelzão* informa o início das obras, mas junto com essa informação traz outros dados como em uma última tentativa de desqualificar a Transposição:

Contra toda a mobilização da sociedade, as obras da transposição do São Francisco começaram, mas as incongruências do projeto também começam a ser expostas. O sociólogo Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, visitou no início de setembro os municípios pernambucanos de Cabrobó e Floresta, onde a água será captada. Segundo ele, os militares iniciaram os primeiros trabalhos por volta do dia 4. No dia 20 de setembro, entretanto, o Tribunal de Contas da União determinou a paralisação da obra, devido a “indícios de irregularidades graves”.¹⁴

A nota já inicia reiterando o caráter autoritário da obra, que realmente seria empreendida contra a vontade da “sociedade”. Além disso, junto da informação do início da obra, vem os indícios de irregularidade. É como se o veículo nos dissesse que as previsões que ele anteriormente tinha feito, começam a se materializar.

b) Personagens

Dentro da história da guerra contra a Transposição, o próprio Projeto *Manuelzão* é um dos personagens principais. Na descrição do jornal/revista, ele se jogou na batalha de corpo e alma na tentativa de impedir que a obra da Transposição fosse concretizada. Na leitura, vemos a construção da figura de um grande lutador em prol da revitalização do rio São Francisco e pela busca de verdadeiras soluções para os problemas da região semiárida do Nordeste. Ele promove e participa de protestos e manifestações públicas, como uma forma de chamar a atenção da população para o tema. Também procura traçar alianças com outros atores, para mostrar que muitos se posicionam contra a iniciativa do governo. Ainda participa ativamente dos comitês de bacia hidrográfica (CBH) do Rio das Velhas e do São Francisco como representante da sociedade civil, numa tentativa de inserir a luta em uma instituição reconhecida oficialmente. Faz pesquisas científicas, em um esforço para mostrar que suas

¹⁴ Edição 42 da Revista *Manuelzão*, de setembro de 2007.

opiniões estão embasadas em fundamentos acadêmicos. Enfim, o Projeto é um dos pilares da luta contra a Transposição.

Outro personagem importante é o governo e seus “tentáculos”. Ele aparece no jornal/revista como o antagonista, o inimigo empreendedor da Transposição. Ele não aparece apenas como o governo federal, mas também na forma de algumas das instituições ligadas a ele, como os Ministérios da Integração ou do Meio Ambiente, a Codevasf, a Chesf, o Ibama ou o Exército. Apesar de aparecer sob diversas formas, todas as representações têm um traço comum: o caráter autoritário. O governo é descrito, praticamente em toda narrativa sobre a guerra contra a Transposição, como um ator que se recusa a dialogar.

Deserto, seco, árido. Essas palavras poderiam descrever qualquer região do semi-árido (SIC) no período de estiagem, mas elas caracterizam como é o “diálogo” do Governo Federal sobre a transposição do Rio São Francisco, com quem mais precisa ser ouvido: a população da Bacia.¹⁵

O jornal/revista também o descreve como um oportunista sem argumentos convincentes, que apela para o sofrimento do povo nordestino a fim de esconder os verdadeiros motivos da Transposição. O que vemos se desenhar é um ator que se esforça ao máximo para não dialogar sobre a Transposição, que foge do debate, que se esconde atrás de um apelo para a caridade para com o sertanejo ou que tenta comprar apoio. Isso tudo, contribui para construir o imaginário de que não há argumentos publicamente defensáveis para a realização da obra. Cria a imagem de que existe algo por trás, algo que não pode ser revelado e que leva a tantas iniciativas para não se argumentar publicamente.

O terceiro personagem da guerra é o agronegócio. Esse é o ator a quem verdadeiramente interessa a Transposição. Ele é descrito como alguém que está por trás do governo na condução do empreendimento e que nunca aparece na cena pública. Porém, será o grande beneficiado pela obra. Esse personagem representa o poder econômico, que utiliza o poder político para viabilizar seus interesses. A representação construída é de um grupo ávido pelo lucro. Esse ator não tem nome nem endereço. É uma entidade que paira sobre a discussão da Transposição no jornal/revista.

¹⁵ Edição 42 da Revista Manuelzão, de setembro de 2007.

Os comitês de bacia hidrográfica (CBH)¹⁶, também são personagens desta história, principalmente o do rio São Francisco e do Rio das Velhas. Esses comitês são descritos como aliados no combate à iniciativa do governo e também como os verdadeiros responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no âmbito de suas bacias. Eles aparecem como as instituições que detêm, ou deveriam deter, o poder para decidir o destino das águas dos rios. No discurso do informativo do Manuelzão, são os comitês que têm o conhecimento necessário para autorizar ou não a retirada de água para a Transposição. Além disso, os CBH são descritos como o espaço adequado para discussão dos temas relativos tanto ao São Francisco como ao Velhas, uma vez que possui a representação do governo, dos usuários de água e da sociedade civil.

O Frei Luiz Flávio de Cappio¹⁷, bispo da Igreja Católica na Bahia, foi um dos personagens mais curiosos dessa narrativa. Ele ingressou na história já em andamento e deu à guerra um caráter de peregrinação religiosa, de batalha de fé. É descrito como um homem abnegado, que abriu mão de tudo para dedicar-se a uma vida de doação e trabalho religioso. No jornal/revista, ressalta-se sua ligação com a região do semiárido e com o próprio rio São Francisco, como vemos no outro trecho do seu perfil:

Tão significativo quanto a greve de fome recente, foi a peregrinação pelo rio São Francisco em 1992. De quatro de outubro daquele ano, até quatro de outubro de 1993 (...), ele e mais três pessoas percorreram todo o rio São Francisco, da nascente à foz. “O que nos levou a realizar este grande empreendimento foi o nosso imenso amor ao rio e por perceber que, para o povo ter vida, é necessário que o rio esteja bem vivo e sadio. Um depende do outro para ter vida”, explica o Frei. O grupo percorreu, a pé, em embarcações e veículos conforme as possibilidades, aproximadamente cinco mil quilômetros. Quase o dobro da extensão do São Francisco.¹⁸

O informativo constrói um personagem com íntimas relações com o São Francisco e o semiárido, conhecedor dos problemas da região. Sua história de vida é praticamente descrita

¹⁶ Os comitês de bacia hidrográfica são colegiados instituídos por lei com papel deliberativo sobre a gestão dos recursos hídricos das suas respectivas bacias. Os comitês de bacia funcionam como um espaço normativo e deliberativo permanente onde representantes da sociedade civil, usuários das águas e poder público discutem os problemas relativos ao uso dos recursos hídricos, sugerem soluções e definem ações.

¹⁷ O Frei Luiz Flávio Cappio é o religioso ligado à Ordem dos Franciscanos da Igreja Católica que, no ano de 2005, fez uma greve de fome contra a Transposição.

¹⁸ Edição 34 do Jornal Manuelzão, de março de 2006.

como a de um homem santo ligado ao sertão. Trata-se assim de uma tática para valorizar um grande aliado na luta contra a Transposição.

Por fim, os últimos personagens da história foram as vítimas, representadas principalmente por aquelas pessoas que podem ter suas comunidades inundadas pela construção das barragens no Rio das Velhas. O jornal/revista pretende falar de todo um grupo de pessoas e, para isso, personifica essas comunidades em alguns indivíduos. São criadas figuras que representam populações inteiras, dando rostos e identidade para esta parcela da sociedade que pode ter descarregadas sobre si as conseqüências negativas desse empreendimento do governo. Assim, o jornal/revista descreve a história de vida de algumas pessoas, ressaltando as suas relações afetivas com os locais onde vivem:

Do quintal da casa de D. Tionília dá para ver a igreja. Não de longe, compondo a paisagem, mas de pertinho, bem ao lado. Vizinha de porta. E é dali, do terreiro, que D. Tionília olha pesarosa e pensativa a construção. “Ah, não gosto nem de pensar. Ver minha casinha, minhas coisas, debaixo d’água... depois de tanta peleja...”. Silêncio. “Imaginar essa igreja...”. Silêncio de novo, e ela volta os olhos para casa e esboça um sorriso triste: “ah, não”.

D. Tionília vive em Senhora da Glória, que é distrito de Santo Hipólito, no médio Velhas, desde que nasceu, 80 anos atrás, e agora convive com a possibilidade de ver o distrito ser inundado.¹⁹

c) Táticas de combate

São muitas as estratégias narrativas utilizadas ao longo da história, porém devemos citar algumas. São recursos de linguagem ou construções textuais que desempenharam importante função construir a sua argumentação.

A primeira dessas estratégias é a busca pela opinião técnica e científica, concretizada na fala de cientistas e estudiosos. O jornal/revista abre espaço para estudiosos durante toda a guerra. São profissionais de várias áreas do conhecimento que emprestam a sua credibilidade para luta contra a Transposição e cuja fala vem sempre respaldada por títulos como “estudioso”, “conhecedor”, “professor” ou “pesquisador”, vinculados a alguma instituição reconhecida como, por exemplo, universidades. Essas fontes trazem consigo o respeito da ciência, incorporando-o à luta. Dentre esses cientistas e pesquisadores acionados pelo

¹⁹ Edição 57 da Revista Manuelzão, de maio de 2010

jornal/revista, há o que podemos chamar de uma classe especial: os cientistas nordestinos. Devemos ressaltar que, existem no informativo fontes de várias localidades do Brasil, porém quando se trata daqueles materiais que dizem respeito à Transposição, os únicos que têm sua origem ressaltada são os nordestinos, ou então aqueles ligados à instituições relacionadas ao Nordeste. O jornal/revista aponta que, além de terem o respaldo da ciência, também são da região mais “interessada” pela Transposição, portanto conhecem o local. Sendo assim, eles têm ainda mais credibilidade para opinar sobre o tema.

É também se utilizando da figura de cientistas que o jornal/revista mostra outra interessante estratégia. O veículo cria um embate entre políticos e cientistas. Durante toda a história, os únicos personagens que aparecem no informativo para defender a Transposição são políticos (incluimos aqui alguns representantes de órgãos estatais, como a Codevasf). Todas as demais falas de pessoas externas ao Projeto Manuelzão são contrárias. Em alguns momentos, as duas falas são colocadas lado a lado. Aproveitando-se da descrença com que a figura dos políticos é vista no Brasil, o jornal/revista faz um pequeno jogo textual que seria como perguntar a alguém: em quem você acredita, em um cientista renomado com vasta experiência ou em um político?

Para desqualificar ainda mais a Transposição e seus defensores, o veículo também se utiliza da estratégia narrativa de ligar a obra à ditadura militar. Em vários dos materiais veiculados, a Transposição é comparada aos grandes empreendimentos do período. Em alguns dos textos, os políticos que atualmente defendem a Transposição são vinculados à personagens ligados aos governos militares como, por exemplo, Mário Andreazza²⁰.

Além de cientistas e políticos, o jornal/revista também coloca em suas páginas pessoas comuns – sem títulos ou cargos, apenas moradores da bacia do Rio das Velhas - como outra estratégia no combate à construção. São mais vozes que se levantam contra a obra. Para isso, o veículo traz algumas manifestações contrárias à Transposição de autoria de pessoas que as enviam para o Projeto. São poemas e mensagens de apoio publicadas no jornal/revista. O informativo do Projeto mostra que não se trata apenas de uma luta de

²⁰ Mário Andreazza foi ministro nos governos militares de Costa e Silva e Médici e um dos grandes responsáveis por obras como a ponte Rio – Niterói e a rodovia Transamazônica

estudiosos e políticos, mas de um movimento social que possui penetração em vários estratos da sociedade, que também se manifestam no veículo e engajam-se na batalha.

Entre as estratégias que verificamos também merecem destaque algumas iniciativas para valorização do sertão nordestino. São veiculados alguns textos que buscam descrever as riquezas e potencialidades da região. Nesse sentido, esses materiais exploram as atividades econômicas que podem se desenvolver no semiárido ou os produtos possíveis de tornar-se fontes de renda. Com estes conteúdos, o informativo tenta combater a imagem do sertão nordestino como uma região pobre e sem perspectivas futuras. Ou seja, procura apontar que a região não precisa da Transposição para desenvolver-se, pois na área já existem muitos recursos e potencialidades que somente precisam de alguma estrutura e incentivos mínimos para prosperar, sem a necessidade de grandes intervenções.

4. Considerações finais

Através do estudo do Jornal/Revista *Manuelzão*, pudemos perceber alguns elementos do processo de “tradução” que permitiu com que uma determinada luta transforme-se em editoriais, reportagens, notícias, notas, artigos e outras manifestações narrativas jornalísticas. Pudemos ver como um tema polêmico e controverso como a Transposição do São Francisco ganha a forma de uma história que vai se desenrolando ao longo dos anos. Apesar de diferente, a prática jornalística do Projeto *Manuelzão* herda elementos do jornalismo tradicional, principalmente no que diz respeito à busca pelo impacto e a espetacularização através da narrativa dramaturgizada e o modo emocional de relatar os fatos. Assim, não por acaso a história da Transposição se configurou como uma grande disputa, uma guerra. Vimos que os argumentos contrários à Transposição, que o Projeto quer tornar públicos, vão tomando a forma de elementos dessa guerra por meio de estratégias narrativas variadas.

Saltou aos olhos em nossa análise o modo como o informativo do Projeto abusa da lógica maniqueísta do amigo/inimigo e do bem/mal. O jornal/revista constrói dois polos opostos. De um lado estão os opositores da Transposição, que representam a luta por democracia, a transparência e a busca por verdadeiras soluções para o Nordeste. Do outro lado estão os que defendem a obra e que representam os interesses econômicos e eleitoreiros,

o autoritarismo e a megalomania. Sabemos que a construção de personagens que ocupam determinadas funções dentro de um conflito é um traço da narrativa jornalística. Porém, na história da Transposição contada pelo Manuelzão esse traço é exacerbado. Sendo assim, talvez possamos afirmar que essa é uma das características dessa experiência de jornalismo militante. O Projeto necessita, através do informativo, demarcar claramente a sua posição e defendê-la, o que inclui também a demarcação de um opositor a ser combatido.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. In: **Estudos Históricos, Mídia**. nº 31, 2003/1. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2003. 17 pp.

BARCELLOS, Zanei e ALVETTI, Celina. Jornalismo cidadão, uma proposta brasileira ao jornalismo cívico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGÃO SUL, 8, 2007, Passo Fundo. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2005.

BORGES, Susana. A segunda fase do Jornalismo Público. **Estudos em Comunicação**. Covilhã, nº 5, 2009, pp. 95-113. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/05-borges-segunda.pdf>> Acesso em 25 de janeiro de 2011.

CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. **Por que é Cidadão o Jornalista Cidadão?**: História das mídias e jornalismo cidadão de base comunitária da Maré. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

CORREIA, Frederico. **Jornalismo do cidadão – quem és tu?** Biblioteca on-line de ciências da comunicação: 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/correia-frederico-jornalismo-do-cidadao.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

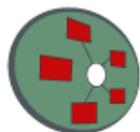
DOURADO, Mariana. **A Esfera Pública no Jornalismo Cidadão Online**: Refletindo a reconfiguração do conceito de Habermas nas práticas colaborativas da notícia. Biblioteca on-line de ciências da comunicação: 2010. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-jornalismo-mariana.pdf>> Acesso em: 31 de janeiro de 2011.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sócias. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia**: Problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública. In: _____. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2, pp.57-121.

_____. Mudança de função política da esfera pública. In **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 213-273.



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011

LISBOA, Apolo Heringer; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; Diniz, Letícia Fernandes Malloy (orgs). **Projeto Manuelzão**: A história da mobilização que começou em torno de um rio. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2008, 260p.

MACHADO, Márcia e MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 27, agosto de 2005, pp. 117-124.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Visibilidade Midiática e Mobilização Social**: entre o espetáculo, a festa e a argumentação. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 143-167.

SANT'ANA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação: 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.